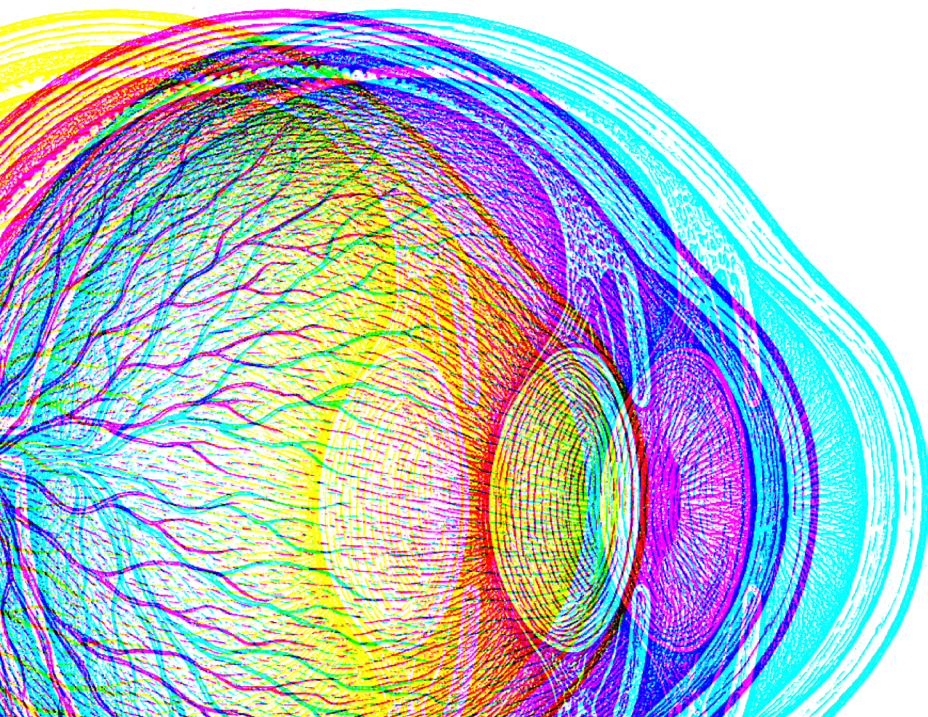


OBSERVAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS:

A ARTE DE CONCILIAR
NECESSIDADES POLÍTICAS
COM RIGOR CIENTÍFICO

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FICHA TÉCNICA

Título: Observar em Ciências Sociais: a arte de conciliar necessidades políticas com rigor científico

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-69-7/obs>

ISBN: 978-989-9193-69-7

Autor: Fernando Diogo
Sociólogo, Professor Associado
com Agregação da Universidade dos Açores
fernando.ja.diogo@uac.pt

Prefácio: João Teixeira Lopes

Tipo de Suporte: PDF/Ebook

Data: novembro 2025

Local de edição: Porto

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Este trabalho é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UID/00727/2025.

CONTEÚDO

Prefácio	4
Introdução	6
1. Observar: porque é que é necessário?	7
2. O que é um observatório social?	11
3. A observação como tecnológica social: entre a ciência e a técnica	17
4. Observar e intervir: o erro do voluntarismo ativista	19
5. O elefante na sala: o financiamento dos observatórios sociais ou sobre a falta de investimento nas ciências sociais	26
6. Um <i>caveat emptor</i> : os malefícios do excesso de quantificação	30
7. Porque é que observar não basta: os cambiantes da difusão de informação	34
8. Afinal: o que é que podemos concluir	38
Bibliografia Inspiradora	40

OBSERVAR: OFÍCIO DE RIGOR E INSISTÊNCIA, COMPROMISSO CIDADÃO

O texto que aqui se apresenta, da autoria de Fernando Diogo, constitui um contributo particularmente relevante para o debate contemporâneo em torno do papel dos observatórios sociais na vida coletiva. Resultando da conferência de abertura do colóquio “Observar em Ciências Sociais: um compromisso estratégico” – promovido pelo Observatório Social de Vila Nova de Gaia, em articulação com o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia – este ensaio ultrapassa os limites da circunstância em que foi proferido, oferecendo uma reflexão de fôlego sobre os fundamentos, tensões e desafios inerentes à institucionalização da observação social.

O autor coloca-nos perante interrogações essenciais: por que razão necessitam as sociedades contemporâneas de observatórios? Que fronteiras distinguem a produção científica da intervenção política? Que riscos se colocam quando a quantificação obscurece a complexidade da realidade social? Ao enfrentar estas questões, Fernando Diogo articula a experiência acumulada como investigador, gestor científico e dirigente institucional com uma leitura crítica sobre a subalternização persistente das ciências sociais e a insuficiente valorização pública da sua função estratégica.

Este livro assume também uma relevância particular no contexto do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, que tem vindo a consolidar uma rede de observatórios sociais, cada um com especificidades próprias, mas todos orientados pela mesma matriz de rigor científico e compromisso cívico. Refira-se, em primeiro lugar, o Observatório Social de Vila Nova de Gaia, que promoveu o colóquio de onde este texto emergiu e que constitui um espaço pioneiro de análise das dinâmicas sociais locais e metropolitanas. Em segundo lugar, o Observatório da Arte e da Cultura no Ensino Superior, dedicado a compreender os modos de produção, circulação e apropriação cultural nas instituições académicas, numa perspetiva que cruza políticas culturais e práticas educativas. Finalmente, o Observatório Social do Noroeste, que se pretende afirmar como dispositivo de monitorização e

reflexão sobre os desafios sociais de uma vasta região do país, contribuindo para a territorialização das políticas públicas e para a coesão social.

Ao salientar a importância destes três observatórios, sublinha-se a dupla vocação do Instituto de Sociologia: produzir conhecimento científico rigoroso e, simultaneamente, oferecer à sociedade instrumentos de análise que possam sustentar políticas mais justas

e eficazes. Nesse sentido, o presente ensaio de Fernando Diogo surge como peça de grande valor, tanto para a comunidade académica como para decisores políticos, técnicos e organizações da sociedade civil.

Ler estas páginas é, pois, reconhecer que a observação em ciências sociais não é um mero exercício técnico, mas uma prática que se inscreve na luta pela definição de prioridades coletivas, na mediação entre conhecimento e ação, e na construção de uma sociedade mais informada e democrática.

João Teixeira Lopes

INTRODUÇÃO

Esta é a versão escrita de um discurso oral feito para o encontro de observatórios “Observar em Ciências Sociais: um compromisso estratégico”, organizado pelo Observatório Social de Gaia em parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Este evento decorreu no dia 27 de junho de 2025 no Auditório do Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner em Vila Nova de Gaia. Nele tivemos a honra de fazer a conferência de abertura, convidados pelo Professor Doutor João Teixeira Lopes do Instituto de Sociologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do Observatório Social de Gaia¹.

Este é um texto pessoal, que conserva muitas marcas da oralidade. Apesar de termos feito um esforço para as mitigar nesta versão escrita, não quisemos levar este esforço demasiado longe, quer para marcar a ligação com o evento, quer para marcar a sua natureza de reflexão pessoal sobre um tema que é, ele próprio, de natureza tecnológica (por contraponto a temas estritamente científicos, voltaremos a este assunto).

Em termos concretos, com este texto foi nossa pretensão fazer uma reflexão sobre um conjunto de questões importantes, umas mais abstratas e outras mais concretas, que condicionam a vida dos observatórios sociais, tal como as temos observado ao longo dos muitos anos de experiência profissional que fomos acumulado, como investigador, como gestor de ciência, como gestor de topo na administração pública ou como dirigente de ONG, entre outras atividades desenvolvidas.

1 O autor agradece à Doutora Ana Rita Matias a leitura e as suas observações sobre este texto.

1. OBSERVAR: PORQUE É QUE É NECESSÁRIO?

O trabalho dos observatórios sociais é, como o próprio nome indica, observar a realidade social. Utilizamos aqui o termo realidade social de acordo com o sentido que lhe é atribuído por Berger e Luckmann ([1966]1985): esta resulta da interação social, construída pela repetição das interações entre indivíduos levando à institucionalização dos comportamentos em formas repetidas, a maior parte das vezes inconscientemente.

A questão que se coloca é porque é que é necessário existirem Observatório Sociais? Não é uma questão menor, de facto, é a primeira questão que se coloca. A própria ideia de observatório social resulta da condensação de práticas repetidas de investigação num observatório, ou melhor, voltando a recorrer à linguagem de Berger e Luckmann, resulta de um processo de institucionalização de uma investigação específica. E isso não é feito sem oposição, quantas vezes é que já ouvimos políticos a darem os observatórios, especificamente os observatórios sociais, como um exemplo de desperdício de dinheiros públicos?

O que defendemos é que a emergência dos observatórios sociais tem a ver com transformações profundas, e recentes, das sociedades humanas. Neste sentido, os observatórios sociais são uma necessidade das sociedades humanas, cumprindo uma função (ou um papel) importante. Estamos, portanto, a falar das razões profundas que explicam a emergência dos observatórios sociais e, simultaneamente, explicam a necessidade da sua existência.

De facto, os observatórios sociais são um sintoma, e uma consequência, dessa profunda transformação social recente nas sociedades humanas, que tem vindo a mudar a própria natureza destas sociedades. Com efeito, até há relativamente pouco tempo, pouco tempo em termos históricos, entenda-se, os observatórios sociais não eram precisos para nada e a própria ideia de observatório social não era, sequer, concebida ou concebível. Isto porque as sociedades humanas não tinham os dois grandes requisitos para existirem observatórios

sociais. O primeiro desses requisitos é a necessidade, entenda-se, a necessidade de existirem observatórios sociais.

A questão de base, em relação a este requisito da necessidade, é a complexidade das sociedades humanas. Esta complexidade é, neste momento, muito grande, em relação a todas as sociedades que nos antecederam. Esta diferença de complexidade é grande, mesmo em relação a sociedades sofisticadas, como o império romano, a partir do final da república, ou as sociedades mesopotâmicas, mais antigas, como os sumérios, os acadianos ou os babilónios, ou ainda os persas, os egípcios e os chineses. E mesmo em relação às sociedades europeias da época das luzes ou do século XIX...

O nível de complexidade das sociedades humanas não foi o mesmo ao longo dos 300 mil anos de existência da espécie. A questão-chave a que esta complexidade está, por sua vez, associada é a densidade populacional: quanto maior a densidade populacional, maior a complexidade de uma dada sociedade, isto até à revolução industrial e à invenção da ciência moderna, dado que estes processos vieram, independentemente da densidade populacional, aumentar a complexidade das sociedades, mas isso é outro assunto.

O argumento é que quanto maior for o número de pessoas a viver num determinado espaço, maior é a tendência para a complexidade dos comportamentos, das interações entre indivíduos e para a institucionalização muito diversa desses comportamentos. É esta complexificação das formas de relacionamento entre indivíduos que permite a existência de sociedades viáveis com densidades populacionais muito elevadas, como é caso das sociedades atuais.

Note-se que, ao longo da história, passámos de densidades populacionais de 0.28 habitantes por quilómetro quadrado, entre os caçadores colectores do paleolítico (cf. Hawks *et al.*, 2000) para densidades de 115,4 pessoas por quilómetro quadrado (dados para Portugal, em 2023, segundo o Pordata, 2025). Isto é, a densidade

populacional atual é 412 vezes superior à do paleolítico... para que este vasto número de pessoas possa viver e agir funcionalmente num mesmo espaço estas precisam de se organizar de forma muito mais diversa e complexa do que os seus antepassados.

A questão não é apenas a do número absoluto de indivíduos é do efeito qualitativo da densidade populacional. Lembremos: a quantidade é uma qualidade em si própria, isto significa que o simples número de pessoas tem um impacto significativo na forma como se organizam.

E isto tem consequências para a necessidade de observatório sociais. Se, no passado, era perfeitamente possível a qualquer indivíduo, com ou sem responsabilidades políticas, analisar e decidir com base na sua socialização, no seu bom-senso, na sua experiência e na sua observação da realidade, hoje em dia isso já não é possível. Existem demasiados interesses e fatores envolvidos para que uma decisão puramente empírica e casuística seja possível. O mundo é demasiado complexo, os fatores em jogo são demasiado numerosos, os interesses contraditórios, e todos legítimos, são em demasiada profusão. A probabilidade de uma decisão baseada no senso comum ser uma má decisão é, hoje, máxima, quase inevitável. E isso justifica a necessidade de observatórios sociais.

Não resistimos a acrescentar: o que espanta é a existência de um número tão pequeno de observatórios sociais, e de a investigação em ciências sociais ser claramente subfinanciada, na perspetiva comparativa com as restantes ciências, com a relativa exceção da economia.

Mas, para além da necessidade, podemos encontrar um segundo requisito para existirem observatórios sociais: a existência de Ciência, com “C” maiúsculo. Com efeito, os observatórios sociais não são instrumentos apenas técnicos, são, em primeiro lugar instrumentos científicos de compreensão da realidade social. Neste sentido, só são possíveis num contexto em que existe ciência e em que esta ciência se institucionalizou. Não vamos entrar pelos processos históricos de

construção da ciência e da sua institucionalização num ecossistema próprio, com os seus financiamentos, instituições e regras, apenas sublinhamos que os observatórios são apenas mais um tipo de instituição tornada possível pelo processo, mais geral, de institucionalização da ciência.

Ao mesmo tempo, e isso é já outra informação, a própria ciência é uma fonte de complexificação da sociedade, em múltiplas dimensões, e, por isso, é simultaneamente causa da necessidade dos observatórios sociais e condição para a sua existência.

Se a primeira questão que colocámos é a de porque é que os observatórios sociais são necessários, cremos que a resposta condensada, é a de que, sem eles, não são possíveis boas decisões na *res publica*. Sem o contributo das ciências sociais, e dos observatórios em que uma parte da sua atividade institucional se condensa, os processos políticos serão alimentados apenas pelo senso comum, tendo como único motor os interesses pessoais e de grupo, em especial dos mais poderosos. Sem o contributo das ciências sociais, e dos observatórios, as decisões beneficiam desproporcionadamente os mais poderosos, independentemente do seu impacto nos outros, porque são os mais poderosos que têm a capacidade de as influenciar e, até, de as desenhar. Decisões sem estarem devidamente informadas são, quase por defeito, más decisões, não contribuindo para o desenvolvimento.

Relembre-se, apesar do conceito de desenvolvimento ser polissémico, uma questão que parece estar associada a todas as suas variantes é a de que os processos de desenvolvimento devem beneficiar os cidadãos, enquanto pessoas, e não apenas grupos ou processos coletivos. Esta ideia condensa-se numa frase que costumamos repetir quando falamos na definição de desenvolvimento: o desenvolvimento é as pessoas. Portanto, uma visão do desenvolvimento que exclua grupos de pessoas (em regra a maioria) ou que beneficie desproporcionalmente um pequeno grupo (as elites) não é, verdadeiramente, desenvolvimento. Isto sem prejuízo para a necessidade de se ter em conta que um

desenvolvimento que beneficie todos por igual não é possível. Se não existem decisões ótimas, existem decisões que maximizam os benefícios, sem prejuízos demasiado graves, mesmo para pequenos grupos ou categorias de indivíduos, numa dada sociedade. Compete, precisamente, aos observatórios, serem parte importante no diagnóstico e definição dos processos sociais que vão construindo o desenvolvimento no devir social, navegando na difícil tensão entre prejuízos e benefícios.

2. O QUE É UM OBSERVATÓRIO SOCIAL?

Mas esta primeira resposta, longe de ser satisfatória, coloca os seus próprios problemas, desde logo, o que é um observatório social?

Para respondermos a esta questão mobilizámos, em linha com o espírito do tempo, um aplicativo de inteligência artificial, neste caso o Perplexity. Será que a resposta que nos é dada é adequada? Será que a IA nos responde de forma satisfatória ao que é, verdadeiramente, um observatório social?

Sublinhemos que esta não é uma questão diletante, pelo contrário, é fundamental. E é fundamental porque a conceção que temos do que é um observatório social vai definir a própria natureza do que é um observatório social. Ou seja, como é frequente nas sociedades humanas, a representação que temos de um artefacto humano é que vai determinar as características desse artefacto, i) quer em termos da resposta que damos à questão do que é um observatório social, ii) quer em termos concretos, ou seja: a forma como construímos cada um dos observatórios sociais nos quais temos responsabilidades.

As respostas que a IA dá são baseadas no que existe na internet, e, na nossa opinião, pelo que fomos percebendo sobre a IA, pelo peso das representações sociais que circulam no ciberespaço, sobre os diferentes artefactos. Neste sentido, uma resposta da IA sobre o que é um observatório social constitui uma representação

social deste artefacto. Aqui vai, segundo o Perplexity, e com os nossos comentários de permeio:

Um observatório social é uma organização ou iniciativa dedicada à análise sistemática, monitorização e divulgação de informação sobre questões, tendências e desafios sociais numa sociedade.

Aqui temos já uma pista em relação ao processo de institucionalização que está associado aos observatórios sociais, voltaremos a este tema. Curioso, é que esta definição não refira a produção de informação, apenas diversos processos de tratamento de informação.

As suas principais funções incluem normalmente:

Gerar conhecimento com base científica sobre questões sociais através de pesquisas, utilizando frequentemente métodos quantitativos e qualitativos.

Esta ideia apresenta um erro, dado que, como veremos mais à frente, os observatórios sociais têm, em regra, em nossa opinião, um âmbito de utilização de dados muito limitado, tendendo a beneficiar o trabalho com dados quantitativos, em regra produzidos por entidades como o INE ou o Eurostat. Acrescente-se, complementarmente, que a menção ao processo de produção de dados, ausente na definição inicial, aparece em destaque nesta primeira função.

Proporcionar um espaço de análise, debate e reflexão sobre os desafios sociais atuais.

Uma frase que fica sempre bem, mas que não diz nada.

Apoiar e financiar projetos de investigação que abordem fenómenos sociais e necessidades de políticas públicas.

Lemos esta ideia da IA com alguma perplexidade, dado que um

dos principais problemas dos observatórios sociais é, precisamente, a inexistência de dinheiro, não há qualquer possibilidade de financiarem o que quer que seja, e isso é muito claro. Voltaremos a este assunto.

Comunicar as descobertas ao público, aos decisores políticos e à comunidade científica através de publicações, eventos e relatórios.

A questão contida nesta frase é muito sensível. A Perplexity cruza, de forma demasiado rápida, públicos e produtos dos observatórios. Há todo um debate sobre a disseminação das informações que não se pode esgotar em linha e meia, e ao qual se voltará.

Informar e influenciar o debate público e a tomada de decisões, tornando os dados e as análises acessíveis a um público alargado.

A frase parece correta, mas, mais do que isso, o que está em causa é a dimensão política dos Observatórios. Por detrás desta frase há todo um debate sobre a forma como os observatórios fazem política, que precisamos de ter. E não tenhamos dúvidas, os observatórios fazem política.

Os observatórios sociais podem concentrar-se em tendências sociais amplas ou especializar-se em áreas específicas, como a desigualdade, a pobreza, a saúde ou as mudanças demográficas. Colaboram frequentemente com instituições académicas, administrações públicas e organizações da sociedade civil para aumentar a relevância e o impacto do seu trabalho. (...)

A questão da especialização nas Ciências Sociais, que aqui é aflowerada, merece uma leitura mais aprofundada, dada a forma como impacta a sua credibilidade (e a dos observatórios sociais que se organizam no seu seio).

Em síntese, esta definição é simultaneamente útil e perigosa, útil porque ajuda a definir, de forma clara e sistemática, o que é um observatório social. Neste sentido, é um produto típico do estado atual do desenvolvimento da IA: claro e algo superficial.

Perigosa porque acaba por ser inócua, isto é, inocente e inofensiva. Não problematiza suficientemente as consequências sociais e políticas do que é um observatório social, nem dá uma visão suficientemente ampla sobre a sua natureza. Os observatórios sociais não são neutros, a sua própria existência, apenas a sua existência, tem impactos políticos na sociedade, e os trabalhos que se escolhe fazer, no seu seio, os resultados a que os seus atores chegam, têm consequências políticas, isto é, consequências na luta social pela distribuição dos recursos escassos na nossa sociedade, sejam eles recursos simbólicos ou materiais. Lembremos a célebre ideia de Marshal McLuhan (1964), a propósito dos media, o meio é a mensagem, que pode ser expandida para este assunto: a própria existência dos observatórios tem um efeito político no que observam.

Para mais, falta aqui a expressão clara da relação com o futuro. Os observatórios sociais têm obrigação de mostrar o presente para informar os processos de planeamento, tendo em vista pilotar as transformações que se considerem desejáveis em relação ao futuro. Nesse sentido, são um ponto, um ponto de partida, nos processos de planeamento. Um elo na cadeia. Com os observatórios sociais não se pretende, apenas, saber como é que o mundo funciona, mas usar esse conhecimento como base para a sua transformação, ou seja como base do planeamento, em toda a sua relação com o desenvolvimento, sendo que, por sua vez, o planeamento tem que ser entendido como uma tecnologia social.

A definição que a inteligência artificial nos deu é uma definição humana, e como tudo o que é humano, é falível, polissêmico, sujeito aos jogos de interesse. Ou seja, um observatório social é, sobretudo, uma coisa com fronteiras difusas, como é frequente em tudo o que é humano. Pois se nem todos os observatórios sociais têm esse nome e sem essa

designação é mais difícil dar-mo-nos conta dessa natureza. Em termos práticos, é a Pordata um observatório social, ou, pelo menos, a atividade institucional da Pordata tem algumas características de um observatório social? E os organismos produtores de estatísticas, como o INE, não serão, também, no limite observatórios sociais?

Em que é que ficamos no que respeita à questão do que é um observatório social? A primeira ideia é a de que não há uma resposta cabal e definitiva, dado que o processo de institucionalização dos observatórios sociais, de que falamos, já se iniciou, é uma característica chave da sua natureza, mas ainda é incipiente. Para mais, a própria natureza dos observatórios sociais mudará com as transformações das sociedades, processo este que será facilitado pela fragilidade do processo de institucionalização que os enquadra.

No entanto, há duas ou três características que podem ajudar a definir o que é um observatório social. A primeira dessas características é a de que os observatórios sociais são instituições que persistem no tempo, e essa é o principal aspeto que os distingue dos simples projetos de análise da realidade social. Este processo de institucionalização pode ser mais ou menos formalizado, mas está sempre lá.

Uma subcaracterística aqui associada tem a ver com a repetição no tempo das mesmas recolhas de dados e das mesmas análises, considerando que as sociedades estão em mudança constante e estes processos repetitivos permitem fazer comparações que captam essas mudanças, e a direção que assumem. Neste sentido, tal como os organismos produtores regulares de estatísticas, os observatórios sociais tendem a ter alguns indicadores-chave, na sua área de especialidade, que vão acompanhando ao longo do tempo, analisando a sua evolução, as causas e as consequências desta. O que os diferencia dos produtores institucionais de estatística são dois aspetos principais, por um lado, a conservação de períodos de tempo longos e, por outro, a possibilidade de relacionar os dados com análises mais amplas da sociedade, em diálogo com a teoria.

A segunda característica dos observatórios sociais é a sua natureza científica de base. Esta é uma questão muito delicada, sob a designação de observatório social podem ser escondidos os mais variados programas de influência ideológica na sociedade. A rutura com o senso comum, deve ser a maior possível, em ordem a conservar esta natureza científica.

Mas não tenhamos ilusões, a ciência não é totalmente neutral em relação aos valores, existem sempre modas e tendências, quer na disponibilidade de financiamento para determinados assuntos (consequências das políticas de financiamento), quer no que interessa aos investigadores produzir. E os observatórios não são imunes a estes processos sociais. Todos nos lembramos da moda que foi investigar sobre a COVID-19 e os seus efeitos sociais ou económicos. No entanto, a rutura epistemológica é de uma enorme centralidade nas ciências sociais, considerando a facilidade que os investigadores têm em empatizar com os seus objetos de pesquisa e o vasto conhecimento de senso comum que, em regra, têm dele. As fragilidades deste processo de rutura só o tornam mais relevante.

A terceira característica respeita ao facto de os observatórios sociais serem especializados, isto é, terem um tema específico que abordam. Esta é uma questão delicada a que voltaremos.

A última característica diz respeito à centralidade da dimensão política dos observatórios, estes são um elo da cadeia política, e, nesse sentido, nos observatórios faz-se tecnologia social. Vejamos este aspeto, que é de grande relevância.

Mas antes, como epílogo, deste ponto, acabou de sair, à data da escrita deste texto, no dia 20 de junho, no Jornal de Notícias, uma reportagem aonde se diz:

O estudo “Ecossistemas de Aprendizagem Saudáveis nas Instituições de Ensino Superior em Portugal”, a que a Lusa teve acesso e que é coordenado pela psicóloga

Tânia Gaspar, da Universidade Lusófona, e que já fez várias investigações na área do comportamento juvenil, conclui que as dimensões prioritárias de intervenção nas universidades são as relacionadas com o bem-estar e a saúde mental. O trabalho (...) foi elaborado pelo Observatório dos Ambientes de Aprendizagem Saudáveis e Participação Juvenil. (Jornal de Notícia, 2025).

Para além do JN, a notícia saiu em outros órgãos de comunicação social. Atente-se no título deste observatório: Observatório dos Ambientes de Aprendizagem Saudáveis e Participação Juvenil. Não encontramos sítio na net que o alojasse, nem na página da Universidade Lusófona, nem outras referências à sua existência no Google. Portanto, podemos perguntar qual o grau de institucionalização deste observatório social? Este epílogo é sintomático: podemos concluir que um observatório social é aquilo a que quisermos chamar observatório social, para subverter uma frase célebre de António Firmino da Costa (1992) a propósito do que é a sociologia. Será que é mesmo isso que pretendemos?

3. A OBSERVAÇÃO COMO TECNOLÓGICA SOCIAL: ENTRE A CIÊNCIA E A TÉCNICA

A questão que se coloca, portanto, e retomando o fio à meada, é o que é uma tecnologia social? Recorremos, desde sempre, ao trabalho do professor Sérgio Grácio (1986), *Política educativa como tecnologia social*, para conceptualizar este conceito.

Nesse sentido, **definimos uma tecnologia social como um processo que mobiliza as ferramentas e conceitos das ciências sociais para responder a objetivos morais e políticos exteriores à ciência para fundamentar a modificação da realidade social.**

Quer dizer, os observatórios sociais são parte de uma cadeia de ações que constrói a tecnologia social. E podemos ir bastante mais

além, muito do trabalho que é feito em sociologia, que é aquele exemplo que conhecemos melhor, é tecnologia social, o mesmo, aliás, creio, pode ser dito em relação aos licenciados, mestres e até doutores, de outras ciências sociais.

No caso da sociologia, em 2004 (APS, 2009), a maioria dos sociólogos já se encontrava a desenvolver atividades de sociologia profissional. Os dados mais recentes indicam que existiam mais de 15 mil sociólogos no país em 2015 (APS, 2025), naturalmente, apesar de estes dados não o dizerem, a grande maioria são sociólogos profissionais e hoje, em 2025, deverão existir muitos mais. Isto significa que a maior parte da sociologia que se faz em Portugal é sociologia profissional.

Note-se que o par disjunto que utilizamos nesta classificação da sociologia é sociologia profissional, ou seja o conjunto das atividades que são feitas por licenciados, mestres e doutores em sociologia fora da academia, com base nos seus conhecimentos sociológicos, e como profissionais, versus a sociologia académica, que é feita nas universidades e instituições de investigação por doutores em sociologia, produzindo a sociologia como ciência e como instituição. Neste sentido, a terminologia e o campo que analisamos é distinta da desenvolvida por Michael Burawoy (2009) a propósito da sociologia pública, não sendo incompatível com essa perspetiva.

Esta sociologia profissional é sociologia, na medida em que se funda nos autores, nas teorias, nos pressupostos, nos métodos e nas técnicas mais típicas da sociologia, isto é, funda-se na sociologia como ciência, mas ao contrário da sociologia académica, aonde conhecer a realidade social através da ciência é um fim em si próprio, na sociologia profissional, este conhecimento da realidade é apenas um meio para se chegar a um fim, a mudança da realidade, que é exterior à sociologia como ciência. Com muita regularidade, os objetivos, morais e políticos, que fundamentam as mudanças sociais realizadas na sociologia profissional são os dos empregadores destes sociólogos.

Portanto, a sociologia profissional partilha com a sociologia académica a ciência, mas tem vida própria como tecnologia social, ao procurar modificar a realidade a partir de objetivos, morais e políticos, que são exteriores, quer dizer estranhos, ao processo de construção do conhecimento científico. Ora, os observatórios são parte deste processo e, nesse sentido, são ferramentas de tecnologia social. Na sociologia, como nas ciências sociais em geral.

Neste sentido, há que assumir com frontalidade a dimensão tecnológica dos observatórios sociais e não tentar esconder a sua natureza política que essa dimensão encerra com base numa pretensa neutralidade científica. Embora, é claro, a ciência seja a base dos observatórios sociais e, com ela, a rutura epistemológica seja central.

4. OBSERVAR E INTERVIR: O ERRO DO VOLUNTARISMO ATIVISTA

Portanto, quando os observatórios sociais estão a funcionar, a produzir e analisar dados, estes dados não são produzidos e analisados, simplesmente, para compreender a realidade, mas para a transformar, e isso significa que é preciso ter em consideração que os temas para os quais os observatórios são criados, os temas que os seus investigadores escolhem observar, e a forma como escolhem apresentar os resultados, representam escolhas, escolhas com consequências políticas.

Por exemplo, quando no Observatório das Migrações se escolhe falar do contributo dos imigrantes para o saldo da segurança social está-se a produzir informação que tem um valor político óbvio numa luta política central na sociedade portuguesa no momento presente. Não é preciso um esforço de análise muito aprofundado para compreender o valor político desse trabalho e o engajamento no jogo político que representa.

Não está em causa a construção técnica rigorosa da informação, nem a sua objetividade, basta o valor político da informação produzida para tornar este observatório, como outros, atores no jogo político,

atores que trazem ao jogo político o prestígio da ciência e a patine da sua neutralidade em relação ao jogo político. Se esta neutralidade é, em parte, ilusória, como acabámos de afirmar, não obstante, tem um grande valor social, na medida em que as pessoas acreditam nela. Não é por acaso, por exemplo, que práticas fraudulentas na saúde, como a medicina quântica, a psicanálise, a acupuntura ou a homeopatia, entre muitas outras, se arrogam a uma patine científica, dado o prestígio social da ciência.

Os resultados publicados pelos observatórios têm a cobertura desta patine de ciência, mesmo que sejam, em boa parte tecnologia social, isto é, o seu trabalho tenha já incluído um conjunto de opções que têm consequências políticas, por melhor que nos pareçam. Para mais, todo este processo, da ciência à tecnologia social, é um processo difuso. Enfatizamos aqui uma ideia que nos parece relevante: não há uma fronteira clara e inequívoca entre ciência e tecnologia social, entre sociologia profissional e académica. Esta ambiguidade de fronteira, uma constante nas atividades sociais, torna mais complexa a leitura do papel dos observatórios sociais.

Não existe, nem nos parece que possa existir, um processo de certificação da qualidade dos observatórios, o seu processo de institucionalização no seio da ciência não foi assim tão longe, pelo que, por detrás desta designação, podemos encontrar trabalhos rigorosos e desengajados, trabalhos rigorosos e engajados e trabalhos que, cumprindo os rituais formais de construção científica, não são mais do que plataformas para a promoção de interesses políticos específicos, pelo menos em tese.

Talvez no futuro, como a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) investiu nos laboratórios colaborativos, a entidade que a substitui possa investir nos observatórios sociais certificados. Um processo de institucionalização formal, ritualizado e financiado, permitindo identificar claramente que observatórios são socialmente sancionados, se quisermos santificados, pelo grande distribuir dos recursos simbólicos

na ciência e mágico atribuidor da chancela de ciência (e de recursos financeiros), que será a entidade sucessora da FCT. É possível que isso aconteça, vindo de alguma regra europeia, ou traduzindo alguma moda norte-americana de gestão institucional da ciência. É possível, mas não é provável.

Esta improbabilidade tem que ver com duas características das ciências sociais, a primeira é clara: estas são minorizadas face às ciências naturais, com a relativa exceção da economia. Em particular para com as famosas STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*). Esta minorização está, é claro, associada com as representações sociais da ciência, de uma conceção do desenvolvimento reduzido ao crescimento económico, e de uma conceção do crescimento económico deixando de lado a questão da redistribuição do rendimento.

A segunda tem a ver com a natureza revolucionária das ciências sociais. Não é por acaso que muitos políticos, como referido anteriormente, não gostam de observatórios sociais, dão-nos como exemplo de dinheiro mal gasto, o mesmo pode ser dito para com a visão das ciências sociais em geral, mas esta acusação é particularmente dirigida aos observatórios. Estes políticos são, em geral, de direita, e tendem a não gostar de uma coisa que as ciências sociais, e os observatórios sociais em particular, fazem: a desocultação dos mecanismos de funcionamento da sociedade e dos sistemas sociais que a compõem.

Recorremos ao léxico de Pierre Bourdieu (1979) para nos expressar: estes mecanismos são o resultado provisório do jogo de lutas sociais, beneficiando os beneficiados, arbítrios simbólicos que são impostos ao conjunto da sociedade de forma naturalizada, e inconsciente, ao ponto de os privilegiados sentirem que o seu privilégio é resultado do seu trabalho árduo e não de um qualquer favorecimento. É relevante parafrasear o interessante conceito de máximo de consciência possível das classes dominantes de Lucien Goldmann (1972), dizia-nos o autor, em 1972, que todos os factos sociais são factos de consciência e que as classes dominantes têm limites à consciencialização da sua dominação

como dominação, dado que não lhes é possível representar o seu papel no mundo como o de dominante ilegítimo, como o de opressor. Para citar outro clássico, Leon Festinger, isso poderia levar a uma dissonância cognitiva, que é rejeitada.

Ora, os observatórios sociais, através dos estudos e resultados que apresentam, vêm, precisamente, ao desocultar os mecanismos sociais de produção e reprodução social das desigualdades, colocar a nu toda esta parte da sociedade que se crê natural, mas que, na realidade, é arbitrária e contribui para a produção e reprodução das desigualdades sociais. Isto significa que as ciências sociais são revolucionárias pela sua própria natureza, porque, desocultando os processos de construção da *res socialis*, trazem à luz os mecanismos de produção e reprodução social, mostram a sua arbitrariedade e, com frequência, as injustiças que encerram. Isso colide com os valores e representações de si e do mundo, em especial no que respeita aos indivíduos da parte do espectro político que mais se associa com a conservação do estado das coisas; com o regresso a um passado melhor, por mítico que seja; com a centralidade do esforço individual no posicionamento social dos indivíduos; com a ênfase na harmonia social em detrimento da luta coletiva pela melhoria do posicionamento social dos mais destituídos, por outras palavras com as direitas, com as diferentes direitas.

Não por acaso, e em nosso entender, vamos encontrar nas ciências sociais, com a relativa exceção da economia, uma maioria de indivíduos que se dizem de esquerda, mais à vontade com as consequências dissonantes para as consciências do desocultamento dos processos sociais, mais à vontade com a ênfase na luta coletiva pela melhoria das condições de vida dos mais frágeis em detrimento da harmonia social, em detrimento da coesão social. Ora, precisamente, os observatórios sociais dão expressão pública a esta natureza revolucionária das ciências sociais, amplificada pelo seu papel na avaliação e produção de políticas sociais (papel político), bem como pelos processos de disseminação de informação que encerram.

Pela sua própria natureza os observatórios sociais acabam por serem, como as ciências sociais, revolucionários. E quanto mais rigorosos e neutrais forem, maior o seu impacto político, e mais evidente se torna a sua natureza revolucionária. Isto choca, naturalmente, com todos aqueles que defendem uma ciência ativista. Vemos com muita apreensão o voluntarismo daqueles que vêm a ciência como uma ferramenta nas lutas sociais. Somos da opinião de que trilhar o caminho do voluntarismo ativista na ciência é matar a ciência, através da sua descredibilização.

A ciência social para ser revolucionária só precisa de ser ciência social, não precisa de ser ativista. A sua força está no esforço de neutralidade no processo de desocultação dos mecanismos de funcionamento da realidade social, de que nos falavam Berger e Luckmann. Basta, às ciências sociais, mostrar os mecanismos ocultos de funcionamento da realidade social para terem um impacto político.

Isto não significa, é claro, que os cientistas sociais não possam ser ativistas como cidadãos, pelo contrário. Apenas significa que há que separar as águas. E é com mais lucidez do que outros que os cientistas sociais entram no jogo político que a sua cidadania lhes permite, munidos com as ferramentas das ciências sociais, compreendem a realidade de uma forma mais lúcida do que muitos. Mas, para que fique claro, não defendemos um qualquer papel de vanguarda intelectual reservado aos cientistas sociais, apenas defendemos a sua liberdade de serem cidadãos ativos.

Neste processo, os observatórios, como ferramentas de tecnologia social, são menos propensos à neutralidade do que as ciências sociais, mas, mesmo assim, a sua natureza revolucionária está na sua base científica.

Em termos práticos, no que aos observatórios respeita, e em nossa opinião, a forma correta de lidar com os impactos políticos do seu trabalho é ir navegando à vista. Isto é, cada decisão sobre o que

estudar tem impactos políticos, cada forma de apresentar resultados tem impactos políticos. Compete aos responsáveis dos observatórios sociais ter consciência destes putativos impactos políticos e tê-los em conta nas suas decisões, caso a caso. Porque, e repete-se para que fique bem claro, os observatórios sociais são atores no jogo político.

A ideia de que os observatórios sociais são atores no jogo político leva-nos a um assunto com o qual é preciso o maior cuidado, estamos a falar dos gémeos malignos dos observatórios sociais, os *think tanks*. Para a Perplexity, mais uma vez:

Um think tank é uma instituição dedicada à investigação e análise de temas relevantes, com o propósito de influenciar políticas públicas, disseminar conhecimento qualificado e propor soluções para desafios sociais, económicos e políticos. São fontes confiáveis de informação e desempenham um papel estratégico no desenvolvimento e na tomada de decisões em diversos setores da sociedade.

Facilmente se reconhecem estas características, como ser uma qualquer definição de observatório social, basta substituir *think tank* por observatório social na frase. Não obstante, não nos revemos na ideia de que os *think tanks* são “fontes confiáveis de informação”, pelo contrário.

O que distingue, se alguma coisa distingue, um *think tank* de um observatório social? Consideramos que é, precisamente, o não serem fontes confiáveis de informação, dado o seu nível de engajamento político.

Os *think tanks* são politicamente motivados e pretendem modificar a sociedade a partir de um programa político mais ou menos definido, mas sempre presente. Para isso, mobilizam estudos e todo o tipo de características das ciências, como: os títulos académicos dos seus profissionais; consultores com prestígio nas universidades; realizam estudos de acordo com as regras científicas; fazem colóquios e conferências... mas tudo para justificar o seu pressuposto ideológico

de partida em ordem a modificar a realidade social para chegar mais próximo dele.

Mas, insistimos, o que distingue um observatório social de um *think tank*? O seu objeto: enquanto num observatório social se pretende compreender a realidade social, como base da sua modificação e se deixa essa modificação para os políticos, mesmo que se façam recomendações, nos *think tanks*, faz-se ao contrário, procuram-se realizar estudos (e outras atividades associadas às ciências) para justificar um programa prévio de modificação da realidade. Na Tabela 1 podemos encontrar uma sistematização das características comparadas entre *think tanks* e observatórios sociais aonde se enfatiza o desigual grau de engajamento político.

Tabela 1. Diferenciação entre observatórios sociais e *think tanks*

Dimensão	Observatórios Sociais	Think Tanks
Missão principal	Compreensão e monitorização da realidade social	Influência política direta para modificar a realidade social
Base científica	Forte	Variável
Produção de dados	Frequente (mas limitada)	Frequentemente secundária
Engajamento político	Indireto, implícito	Direto, explícito, por vezes com tentativas de ocultamento

Isto significa, que, verdadeiramente, a fronteira entre observatório social e *think tank* é difusa, porosa e mutável. Hoje uma instituição pode ser um observatório social e amanhã um *think tank* e vice-versa. O voluntarismo ativista é meio caminho andado para se transformar um observatório social num *think tank* mais ou menos encapotado, com tudo o que daí vem de negativo para a credibilidade das ciências sociais.

5. O ELEFANTE NA SALA: O FINANCIAMENTO DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS OU SOBRE A FALTA DE INVESTIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Há um outro fator que facilita o aparecimento de *think tanks*, bem como o processo de transformação de observatórios sociais neste seu gémeo, referimo-nos ao financiamento. Em nosso entender é mais fácil financiar um *think tank* do que um observatório social.

Isto tem a ver com duas questões, com frequências os *think tanks* têm financiamento privado, de empresas e indivíduos ricos, em ordem a serem motor da promoção dos seus interesses económicos e políticos, como, por exemplo, para defender um estado com menos impostos (e, por consequência mais dinheiro para estes mecenas, individuais e empresariais). Neste sentido, é nossa percepção de que a maioria dos *think tanks* propagam visões do mundo de direita.

A segunda questão está associada à conceção de desenvolvimento que é maioritária na nossa sociedade. Uma conceção que equivale o desenvolvimento ao crescimento económico e, por sua vez, no caso português, equivale o crescimento económico à obra feita, algo a que temos vindo a chamar de mentalidade rotundista. Rotundista é uma palavra que inventámos a partir de rotunda, esse expoente máximo da obra cara e, com muita frequência, inútil, apenas feita para se gastar dinheiro, na construção de obras públicas (no léxico político-jornalístico fala-se em execução de verba). Mas falar de mentalidade rotundista leva-nos para o papel dos elefantes brancos como obstáculo ao desenvolvimento e isso é toda uma outra discussão.

Para já o que está claro é que existe uma conceção de desenvolvimento centrada na dimensão estritamente económica do mesmo. Isso significa que o investimento nas ciências sociais não é visto como economicamente produtivo, logo, é visto como menor, e, por isso, é curto. Com a exceção da economia.

Para mais, muito do trabalho das ciências sociais, e dos observatórios, é sobre problemas sociais de populações vulneráveis, que não votam, ou mesmo que votem, não têm influência. Todo o dinheiro ao sector das STEM.

Por exemplo, nos Açores, existem gravíssimos problemas sociais na educação ou na pobreza, entre outros, mas todo o dinheiro da *Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente Regional (RIS3 Açores)* vai para cinco sectores: agricultura, pescas, turismo, espaço e, também saúde (RSI3, 2025). Foram introduzidos uns temas transversais que podem ter os desafios societais da educação e da pobreza em consideração, mas, justamente, essa natureza transversal sublinha a sua menoridade.

Neste sentido, estamos em presença de um paradoxo, os observatórios sociais são essenciais para a fundamentação das políticas públicas, no seu desenho ou na sua avaliação, mas, ao mesmo tempo, são vistos como despesas improdutivas, e mesmo como expoente das despesas inúteis. Não obstante, qualquer alindamento de uma rua (de natureza mais ou menos questionável), dos muitos que se fazem todos os anos em todo o país, custa mais dinheiro do que o financiamento anual da maioria dos observatórios.

Por outro lado, nas ciências sociais não se facilita, em nosso entender. Explicando: uma parte importante da investigação em ciências sociais é franca ideologia política, com a rutura epistemológica toda por fazer, com o voluntarismo engajado à solta sem freio. Quando basta à ciência social revelar a realidade social de forma científica para ser revolucionária.

Certo, existem casos bem piores do que Portugal. É nossa percepção que em outros países, que não nomearemos, as ciências sociais estão muito colonizadas por posições ideológicas de fundo (em regra de esquerda), posições essas que destroem a sua credibilidade e apresentam uma versão distorcida da realidade, prejudicando os próprios objetivos

que levam à sua politização. As generalizações são quase sempre abusivas (e acabámos de fazer uma generalização), e existem nesses países excelentes instituições, investigadores e observatórios. Mas há suficiente voluntarismo engajado para danificar o papel revolucionário das ciências sociais, por via da sua perda de credibilidade. Cremos que esse caminho é visível em Portugal, mais numas áreas do que em outras. Por exemplo, parece-nos que a economia está totalmente colonizada por visões ideológicas de direita e, com muita frequência, da extrema direita, mas isso é apenas um exemplo. Não colocamos as mãos no fogo por uma outra área científica inteira, que não nomearemos, ou por algumas instituições específicas, que também não nomearemos, entre outros exemplos que nos ocorrem.

É claro que tudo o que se escreveu no parágrafo anterior é passível de ser alvo de contestação. Mas, a perceção pública deste voluntarismo engajado é um bom pretexto para se estrangular o financiamento das ciências sociais. Pretexto este que se vem juntar à conceção de desenvolvimento reduzida, no limite, à mentalidade rotundista. O crescente peso da agenda ideológica da extrema-direita, que já colonizou os partidos do centro-esquerda, mais não faz do que sublinhar o papel paradoxal do voluntarismo engajado na descredibilização das ciências sociais e, com elas, dos observatórios que estas fundamentam.

Outro bom pretexto é o sexo dos anjos. O que significa a expressão sexo dos anjos é algo claro para a maioria das pessoas, alguns até terão conhecimento da história apócrifa que a gerou, baseada na queda de Constantinopla. No caso dos observatórios sociais, e no que respeita ao financiamento, quando olhamos para os temas que se escolhem financiar nas ciências sociais, onde se gasta boa parte do escasso dinheiro que capta, vemos temas que são claramente menores levar boa parte do dinheiro, ao longo de diversos anos.

Claro que é complicado julgar um tema como menor, pois, quem julga os julgadores? Quais são os critérios, desse julgamento? como se

domina a subjetividade desse julgamento? Mas, feito este *caveat*, é para nós claro que os grandes temas das ciências sociais estão a perder-se na imensa cacofonia da especialização. E não está em causa o mérito dos projetos ganhadores, só a estreiteza dos seus objetos, e o efeito de moda que muitas vezes encerram. Estes projetos têm o mérito de serem bem feitos e o demérito de incidirem sobre temas muito laterais àquilo que são as principais questões sociais.

Por exemplo, num trabalho que realizámos com colegas (Serpa, Ferreira e Diogo, 2020) identificámos a existência das seguintes sociologias:

Sociologia da Violência, Sociologia do Conflito, Sociologia do Pré-Escolar, Sociologia da Leitura, Sociologia do Crédito, Sociologia da Doação, Sociologia da Moralidade, Sociologia das Dependências Motivadas, Sociologia dos Mercados de Trabalho, Sociologia das Redes Telemáticas, Sociologia da Inovação, Sociologia da Educação Especial e Inclusiva, Sociologia da Maternidade, Sociologia dos Índices de Sustentabilidade, Sociologia das Redes Sociais, Sociologia do Espaço, Sociologia da Vocação Religiosa, Sociologia dos Oceanos, Sociologia das Adoções

Cremos que não podemos perder o foco, e achamos que o estamos a perder. Coletivamente, sabemos bem quais são os principais objetos das ciências sociais, estes devem ser, dentro do razoável, os principais objetos dos observatórios sociais. Na fecunda tensão entre a generalização e a especialização, a balança está a pender para o prato da especialização, com óbvio prejuízo para a compreensão holista da sociedade em que vivemos. Portanto, com o escasso financiamento que nos é dado, e lutando por maior financiamento, é preciso reequilibrar os pratos da balança.

Esta hiperespecialização dificulta a vida aos cientistas sociais e aos observatórios, dado que releva assuntos que não são de grande

relevância para a sociedade como um todo, mesmo que sejam muito relevantes para os próprios investigadores que se acolhem nos observatórios e para determinadas categorias e grupos sociais específicos.

Terminamos este ponto com uma reflexão final: esta questão da distribuição do financiamento, e da especialização versus temas estruturantes, lembram-nos sempre um provérbio popular português: casa aonde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão... isto é, com outras verbas, talvez boa parte da reflexão sobre a hiperespecialização de algum trabalho de investigação, nomeadamente feito em observatórios, deixasse de ser pertinente.

Enfim, recenseamos três questões, no que ao financiamento respeita: i) a escassez paradoxal do financiamento para as ciências sociais; ii) o papel do voluntarismo engajado como pretexto para não se aumentar este financiamento; iii) a hiperespecialização, gastando o pouco dinheiro disponível em temas de menor centralidade social e política é razão para se limitar o financiamento.

6. UM CAVEAT EMPTOR: OS MALEFÍCIOS DO EXCESSO DE QUANTIFICAÇÃO

Numa análise pessoal, puramente empírica, portanto, muito limitada, parece-nos que boa parte do que fazem os observatórios sociais é analisar dados quantitativos. Daí a definição da Perplexity, que refere dados qualitativos, não ser correta. Não cremos estar enganados. A investigação qualitativa é cara e é muito trabalhosa, consumidora de recursos. Para mais, existe todo um manancial de dados oficiais, que está à disposição de investigadores e observatórios, que tem as grandes virtudes gémeas de: i) existirem e ii) ser grátis. Neste sentido, há que sublinhar a conceção de sociedade democrática que permite aos organismos produtores de estatísticas colocar à disposição dos investigadores os dados que produzem. Embora,

com algumas limitações, por vezes a roçar o absurdo, baseadas em interpretações fundamentalistas da proteção de dados.

A possibilidade de investigadores e observatórios sociais poderem aceder aos dados públicos é um verdadeiro “bodo aos pobres”. E não se pense que estamos a minorizar a importância destes dados. Há muita informação relevante que daí pode ser retirada, usando técnicas estatísticas mais sofisticadas e olhares teoricamente guiados. Muito se sabe sobre a sociedade portuguesa através do tratamento dos dados oficiais pelos académicos e observatórios. Para mais, a pobreza do financiamento não permite grandes arrojos no que respeita aos processos de construção própria de dados, nem nos quantitativos, nem nos qualitativos. E, quando há, finalmente, possibilidade de se recolherem dados, em regra quantitativos, isso resulta, muitas vezes, de alguma encomenda institucional pública, portanto, a recolha é moldada por objetivos políticos e não científicos.

Ora, os dados estatísticos são dados administrativos, politicamente motivados, que servem para fins administrativos. É verdade que, trabalhados pelos cientistas sociais, podem dar muito mais informação, mas, por mais que se interroguem os dados eles não podem fornecer a informação que não têm.

Por exemplo, muitos dados sobre a pobreza são construídos apenas com base nos pobres que recorrem ao aparelho de proteção social, ora, a maioria dos pobres não recorre a qualquer forma de proteção social (Diogo *et al.*, 2021). Assim, essa maioria dos pobres corre o risco de ser invisibilizada e o resultado das análises que fazem a partir dos beneficiários do aparelho de ação social constituírem uma visão distorcida da realidade social.

Mesmo o ICOR/EUSILC, o inquérito a partir do qual se constrói a taxa oficial de pobreza, exclui os indivíduos que não têm um domicílio regular, como os institucionalizados, os presos (em rigor, todos os indivíduos que vivem em alojamentos coletivos) ou as pessoas em

situação de sem abrigo (INE, 2023). Estas categorias, sendo certo que representam um número muito reduzido de pessoas, quer no total da população, quer no total dos pobres, constituem populações em grande vulnerabilidade e, aliás, em alguns casos, com uma elevada potencialidade de disrupção social.

Portanto, categorias sociais (ou populações) às quais o estado deveria dar uma atenção particular, quer para minimizar e, até, resolver a sua exclusão social e o seu sofrimento individual, quer para evitar que os indivíduos aqui classificados desenvolvam atos socialmente disruptivos, acabam por serem amplamente ignoradas, dado que não aparecem nas estatísticas. Claro que existem outras formas de produzir informação sobre estas populações, mas com menor amplitude e menor peso nas agendas política e mediática. De qualquer forma, não é fácil produzir informação sobre as categorias sociais em apreço, como é feito laboriosamente pela ENIPSSA, através do inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo. Embora se coloque a questão de se todas as populações referenciadas são alvo de atenção estatística que permita transformar os seus problemas individuais em problemas sociais.

Além disso, o ICOR/EUSILC contém apenas um conjunto pequeno de questões, e das variáveis em que essas questões se traduzem, sendo que tudo o que está fora destas questões é invisível nos dados. Temas como os modos de vida, a identidade social, a relação com os sistemas sociais do estado (saúde, proteção social, educação...) ficam de fora, como tudo o que diz respeito às trajetórias de vida, com uma pequeníssima exceção (pela organização do processo de recolha de dados em painel), entre outras questões relevantes.

A própria definição de pobreza subjacente aos dados produzidos é duplamente contestável. Em primeiro lugar, é contestável porque ao centrarmos a nossa análise nos pobres fazemos a escolha política de ignorar a organização social que produz e reproduz as

desigualdades sociais, as desigualdades de rendimento e a pobreza; em segundo lugar, é contestável porque o valor de 60% da mediana do rendimento nacional por adulto equivalente (definição de pobreza que preside ao cálculo da taxa oficial) encerra dois pressupostos que não são incontestáveis: a da distribuição equitativa dos rendimentos no seio da família e a do próprio valor de 60% da mediana. Para esta última ideia, existem estudos, inclusive em Portugal, que colocam a fasquia mais alta (Pereirinha *et al.*, 2020).

Ao reduzirmos a nossa análise da pobreza aos dados oficiais, como se faz em observatórios, estamos a minar a possibilidade de compreendermos este fenómeno social. E este é apenas um exemplo. Isto apesar de não temos grande alternativa a estas práticas, pelos motivos já referidos. Note-se que alguns observatórios, justamente no que à pobreza diz respeito, têm conseguido fazer alguns estudos com uma forte natureza qualitativa, com dados próprios, mas representando um volume de trabalho que qualificamos de modesto.

Portanto, a maior parte do trabalho dos observatórios sociais é, em nossa percepção, eminentemente quantitativo. A quantificação, como costumamos dizer, é um excelente servo, mas um mau mestre. Um dos maiores desastres ecológicos da história, a transformação do mar de Aral em um deserto, aonde não faltam camelos (cremos que, em rigor, são dromedários), foi causado por um modelo econométrico.

Portanto, sem “atirar fora o bebé com a água do banho”, isto é, sem descartar a centralidade da quantificação na investigação em ciências sociais, é inevitável que os observatórios sociais invistam em estudos qualitativos, em ordem a melhorar os retratos da realidade social que produzem. Mas esta necessidade choca de frente com dois obstáculos de monta: i) desde logo o problema do financiamento, de que já falámos; ii) mas também o problema da associação do rigor e da ciência ao número. Como se um valor estatístico não tivesse pressupostos que determinam a sua maior ou menor solidez heurística.

Uma estatística é tão boa como os seus pressupostos. Naturalmente, não somos os primeiros a realizar esta afirmação, mas, com frequência, o fascínio e o prestígio social do número (por estranho que a expressão pareça, faz sentido) levam à sobrevalorização da quantificação, escondendo as fraquezas humanas que se condensam nos seus pressupostos.

Percebe-se, portanto, que defendemos a utilização de métodos mistos, como, aliás, temos vindo a fazer nos nossos últimos trabalhos (Diogo *et al.*, 2021). Embora, devamos fazer um aviso: a mobilização de métodos mistos não é uma panaceia. Todo o desenho do processo investigativo tem um impacto muito relevante na qualidade final do produto que os observatórios oferecem ao público.

7. PORQUE É QUE OBSERVAR NÃO BASTA: OS CAMBIANTES DA DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO

Justamente, a relação dos observatórios com o público, a questão da disseminação da informação, é mais uma das características que os constroem. Insistindo num termo que temos vindo a usar, sabendo bem quais são as suas conotações nas ciências sociais: podemos dizer que a disseminação é uma das características que está **na natureza** dos observatórios sociais.

A questão que se coloca é como contrariar a força muda da gaveta. As gavetas são objetos de um imenso poder, representam o esvair da memória de todo o trabalho, de todo o esforço, feito para apresentar determinado produto, que acaba por ter o impacto de um pouco de água na areia, seca e quente, na torreira do sol. A imagem é poética, mas representa bem o destino final de tantos estudos feitos por observatórios: a gaveta, com toda a sua força muda. Se a ideia era influenciar a transformação da realidade, ajudar a desenhar e avaliar políticas públicas, o resultado final pode ser, e frequentemente é, a gaveta. Por muito furor mediático que se crie nos célebres cinco minutos de fama.

Isto remete-nos para duas questões sucessivas e encadeadas. a primeira, creio que já está clara: é obrigação dos observatórios sociais disseminarem a informação que produzem. A questão seguinte, é a de como fazer isso para que o trabalho feito tenha mesmo impacto no desenho das políticas sociais e na sua avaliação.

Para responder a este caso, mais uma vez, sobressai o problema da falta de financiamento. A lógica é a de que se não há dinheiro para pessoal e estudos, também não há dinheiro para gastar em disseminação. Claramente, os observatórios precisam de recorrer a empresas de marketing, de imagem, de comunicação, para facilitar o acesso aos media tradicionais. Só através dos media tradicionais é que é possível chegar a uma parte significativa do público.

Uma outra forma de fazer disseminação de resultado, sem se gastar muito dinheiro: através das redes sociais. Contudo, é necessário pagar para dar visibilidade a resultados dos estudos feitos pelos observatórios. Podem os observatórios sociais deixar as redes sociais como cortada das notícias falsas e da extrema direita alucinada?

Até agora estivemos a referir a questão da disseminação em função dos públicos, em especial de um público específico: a população em geral. Mas este não é o único público e, além disso, para além dos públicos existem ainda os produtos e as ferramentas. Façamos um pouco destas três ideias.

Continuemos com os públicos, para além do público em geral, é preciso ter em atenção, desde logo, os próprios agentes a partir dos quais a informação é produzida. Isto é, cremos ser um imperativo ético devolver às pessoas que nos ajudaram, oferecendo-nos a sua informação, os resultados dos nossos estudos. E, para além disso, e do ponto de vista prático, essa devolução pode ter um impacto importante na transformação concreta de algum comportamento que se pretende modificar. Neste sentido, remeto para os argumentos referidos por Isabel Guerra (2000), a propósito da Investigação-Ação, e que podem

ser estendidos a esta questão em específico:

(...) não se trata apenas de obter a participação mais ou menos folclórica da população nas atividades. (...) este processo de «participação» não é apenas uma questão ética, e ideológica, de defesa de uma democracia participativa; é antes de mais uma necessidade técnica dos processos de desenvolvimento. (Guerra, 2000:101-102):

Naturalmente que, trabalhando com as estatísticas oficiais, isso não é possível.

Um terceiro tipo de público são os técnicos. Releve-se a importância dos técnicos nas organizações, sejam empresas, IPSS, ONG ou serviços do estado. São eles que implementam as políticas públicas e têm, no terreno, margem de manobra para implementar as políticas de uma ou outra forma. Por vezes, de maneira radicalmente diferente da intenção dos legisladores.

Um quarto tipo de público são os dirigentes políticos. Sendo certo que representam um número reduzido de indivíduos, vale bem a pena todo o esforço de os fazer conhecer a informação mais relevante presente nos estudos produzidos nos observatórios. Estimamos, aliás, que a progressiva emergência dos sumários executivos nos relatórios tenha tido como fito, precisamente, fazer com que as principais conclusões dos estudos possam ser assimiladas pelos políticos. A simples entrega do relatório não é suficiente, dado que os políticos não os leem. E nem se pode criticar excessivamente os políticos por essa omissão de leitura, a pressão sobre o seu tempo é, realmente, enorme.

Ao falarmos de relatórios e de sumários executivos, fomos introduzindo a questão dos produtos. Pois, quais são os produtos de um observatório social? É claro que, em termos muito genéricos, podemos dizer que um observatório social produz informação. Mas também podemos acrescentar que um outro produto que caracteriza os observatórios sociais é a disseminação da informação. E não é um

produto menor. A forma como a informação é disseminada faz toda a diferença. Faz a diferença entre um trabalho com impacto e outro cujo destino, rápido e final, é a gaveta.

Não obstante, em termos concretos, o relatório é o produto de base do trabalho dos observatórios sociais. Contudo, não chega, dado que os recetores dos relatórios, com frequência, não têm tempo para os ler (políticos ou técnicos) ou não têm a literacia técnica específica para o fazerem.

Um outro produto com utilidade, justamente porque permite ir além das leituras mais imediatas dos dados, é o *working paper*, realizado de forma mais ou menos sofisticada, vai obrigando a cruzar os dados com a reflexão teórica e, por isso, a produzir um produto muito mais robusto. As questões referentes à disseminação dos relatórios também se colocam em relação aos *working papers*.

Ancorado na nossa experiência, cremos que faz sentido investir noutros produtos, dos quais damos como exemplos significativos os pequenos vídeos, as infografias ou as pequenas notícias nas redes sociais. Note-se que boa parte destes produtos procura disseminar a informação respondendo a um duplo objetivo: serem alvo de atenção e estarem ao alcance do nível de literacia dos seus putativos consumidores.

Mas, para além dos produtos temos as ferramentas, desde logo os contactos com a imprensa, algo que, pensamos, é feito de forma regular pelos observatórios, mas é sempre preciso (e possível) melhorar; na disseminação paga nas redes sociais; nos sites, sem esquecer os workshops...

Por exemplo, é com regularidade, que os sites dos observatórios sociais são difíceis de encontrar na net (é preciso pagar à Alphabet para lhes dar relevância nas buscas no Google) e os seus conteúdos estão muito mal-organizados! Mesmo organizações como a Fundação José Neves, onde, claramente, se aposta na disseminação dos resultados dos seus estudos, no seu site, podem melhorar muito (em nosso entender).

Uma ferramenta que nos parece muito relevante, e que gostaríamos de relevar aqui, são os *workshops* de disseminação e discussão da informação, para técnicos nas organizações e, idealmente, para políticos. Isto porque não basta ter as coisas escritas em letra de imprensa em um qualquer relatório, não basta apresentar dados em palestras ou conferências. São precisas estratégias que deixem os resultados ancorados nas consciências, para que possam levar à ação. A leitura dos relatórios, e dos sumários executivos, não nos parece ser suficiente para deixar as conclusões dos estudos realizados nos observatórios na consciência dos atores e decisores, para que estes as mobilizem nas suas ações e decisões.

O *workshop* parece-nos particularmente relevante porque vai para além da mera apresentação da informação a um público, sendo que o próprio termo público remete para a receção passiva de informação. No *workshop* realiza-se o envolvimento dos participantes (e este termo pressupõe implicação) na discussão dos resultados (implicando reflexão, perguntas, respostas, trocas de ideias) e, dessa forma, permitindo aos indivíduos, com responsabilidades políticas ou técnicas, uma melhor assimilação das principais conclusões, em ordem a fundamentar com mais rigor as suas ações e decisões. O grande obstáculo à sua realização é a genuína falta de tempo dos responsáveis políticos (e em menor grau, dos técnicos). Não obstante, a sua realização parece-nos incontornável para que os trabalhos dos observatórios tenham impacto político relevante.

8. AFINAL: O QUE É QUE PODEMOS CONCLUIR

Terminando, os observatórios sociais desenvolvem um papel ou função social importante, num mundo complexo e em crescendo de complexificação. Isto porque fornecem informação fidedigna para apoiar a decisão política sobre o que mudar e o que fazer de novo. Mas, a relevância social e política dos observatórios sociais não se traduz em centralidade social e política concreta. Isso está relacionado com

um conjunto de fatores que lhes são exteriores e anteriores e que vão desde uma conceção de desenvolvimento estritamente económica, de matriz rotundista, passando pela ameaça da natureza revolucionária das ciências sociais para com os poderes instalados, continuando com o voluntarismo engajado e com a hiperespecialização que acossam as ciências sociais.

Um primeiro grande desafio aos observatórios sociais é o seu âmbito, não deixar que estes se fechem numa hiperespecialização que mata a sua relevância, o segundo é a sua natureza de agente político e de instrumento de tecnologia social, assumindo-as e lidando com as suas consequências; uma terceira é a necessidade de não se deixar a quantificação passar de servo a mestre, sobretudo tendo em consideração os constrangimentos que tendem a acantonar os observatórios aos dados quantitativos produzidos pelo aparelho estatístico; o último desafio é o do impacto, nos vários públicos que se pretende atingir, e em especial junto dos decisores políticos: como evitar que o trabalho realizado seja como um pouco de água em areia seca na torreira do sol de verão.

Mas, estes são desafios de grande amplitude, havendo desafios mais prosaicos: desde logo, um desafio à partilha de experiências e estratégias de disseminação de resultados entre observatórios; mas também o desafio da institucionalização: faz sentido uma associação nacional de observatórios sociais? A institucionalização de um encontro nacional anual de observatórios sociais?

Sem esquecer o desafio das estratégias de financiamento: faz sentido um movimento para negociação em bloco de financiamento plurianual com entidades públicas e privadas para observatórios sociais agregados em associação? Faz sentido pressionar a entidade que substitui a FCT para estabelecer uma linha de financiamento específica para observatórios sociais, tal como tem para os laboratórios colaborativos?

Apesar de os observatórios sociais constituírem uma forma de institucionalizar a investigação com evidentes benefícios sociais e políticos (mais do que científicos), o seu processo de afirmação na sociedade portuguesa está muito longe de se encontrar consolidado, pelo contrário. Termina-se, referindo que este texto é uma reflexão, de natureza pessoal, baseado, sobretudo, na nossa longa experiência de trabalho científico, técnico e de tecnologia social, onde se debate a natureza dos observatórios sociais e os seus desafios, levando a algumas interrogações que podem ser úteis para um movimento coletivo tendo em vista melhorar a sua afirmação.

BIBLIOGRAFIA INSPIRADORA

APS (2009). *Sociografia dos membros associados da Associação Portuguesa de Sociologia* in <http://www.aps.pt/index.php?area=001&marea=001&sarea=004> acedido em 6 de Fevereiro de 2025.

APS (2025). *Quantos são os diplomados em Sociologia?* In https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/10/Quantos-s%C3%A3o-os-diplomados-em-Sociologia_1.pdf acedido em 18 de Fevereiro de 2010.

Berger, Peter L., Luckmann, Thomas (1985[1966]). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, Pierre (1979). *La distinction: Critique social du jugement*. Paris: Minuit.

Burawoy, Michael (2009). A Sociologia Pública Em Tempos De Barack Obama. *Caderno CRH*. v. 22, nº 55, pp. 233-244.

Costa, António Firmino da (1992). *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural.

- Diogo, Fernando (coord.), Palos, Ana Cristina, Rodrigues, Carlos F., Pereira, Elvira, Ribeiro, Fernando Bessa, Branco, Francisco Trevisan, Gabriela Fernandes, Lúdia Silva, Osvaldo Perista, Pedro, Amaro, Inês (colab.) (2021). *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Goldmann, Lucien (1972). *Dialética e ciências humanas, vol I e II*. Lisboa: Presença.
- Grácio, Sérgio (1986), *Política educativa como tecnologia social: as reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Guerra, Isabel (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção: o planeamento em ciências sociais*. Cascais, Principia.
- INE (2023). *Inquérito às condições de vida e rendimento documento metodológico*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modopesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=icor&frm_modotexto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_datafim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Metainformacao
- John Hawks, Keith Hunley, Sang-Hee Lee & Milford Wolpoff (2000). Population Bottlenecks and Pleistocene Human Evolution, *Molecular Biology and Evolution*, Volume 17, Issue 1, January 2000, Pages 2-22. <https://academic.oup.com/mbe/article/17/1/2/975516>
- Jornal de Notícias (2025). *Mais de metade dos universitários está em “burnout” e 40% consomem psicotrópicos* <https://www.jn.pt/3933687779/mais-de-metade-dos-universitarios-esta-em-burnout-e-40-consomem-psicotropicos/>

McLuhan, Marshall (1964). *Understanding media: the extensions of man*. New York, McGraw-Hill.

Pereirinha, José António, Francisco Branco, Elvira Pereira, Dália Costa e Maria Inês Amaro (2020). *Rendimento Adequado em Portugal: Um estudo sobre o rendimento suficiente para se viver com dignidade em Portugal*. Coimbra, Almedina.

Pordata (2025). *Densidade Populacional em Portugal, 2023*.
https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/populacao-residente/densidade-populacional?_gl=1*7ag6pf*_up*MQ..*_ga*O-TUwNTI1Mjg4LjE3NDk2Mzc2Mjk.*_ga_HL9EXBCVBZ*czE3N-Dk2Mzc2MjgkbzEkZzAkDE3NDk2Mzc2MjgkajYwJGwwJGgw

RIS3 Açores (2025). *RIS3 2022-2027*. <https://jo.azores.gov.pt/#/ato/c06d0c56-c0ea-4d52-9d33-281fb924fdd0>

Serpa, Sandro, Carlos Miguel Ferreira & Fernando Diogo (2020). Specialization or Fragmentation of Sociology Scientific, Academic, and Professional Challenges. *The International Journal of Interdisciplinary Social and Community Studies*. Volume 15, Issue 2.